



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISABELE ENES RIBEIRO

**O MOVIMENTO ZAPATISTA ENQUANTO REPRESENTATIVIDADE
INDÍGENA NO MÉXICO**

João Pessoa

2023

Isabele Enes Ribeiro

**O MOVIMENTO ZAPATISTA ENQUANTO REPRESENTATIVIDADE
INDÍGENA NO MÉXICO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB) em
cumprimento à exigência para obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana.

João Pessoa

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R484m Ribeiro, Isabele Enes.

O movimento Zapatista enquanto representatividade indígena no México [manuscrito] / Isabele Enes Ribeiro. - 2023. 33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Revolução mexicana. 2. Emiliano Zapata. 3. Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN. 4. Povos indígenas. 5. Representatividade indígena. I. Título

21. ed. CDD 972

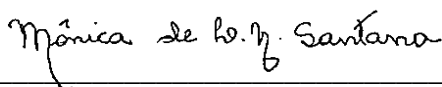
ISABELE ENES RIBEIRO

**O MOVIMENTO ZAPATISTA ENQUANTO REPRESENTATIVIDADE
INDÍGENA NO MÉXICO**

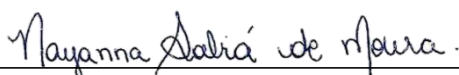
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB) em
cumprimento à exigência para obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovada em: 27/11/2023.

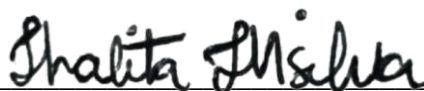
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Nayanna Sabiá de Moura
Centro Universitário Estácio do Recife (Estácio)



Profa. Dra. Thalita Franciely de Melo Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais e ao meu irmão Matheus,
a minha família, a Guilherme, as minhas
amigas, camaradas e ao meu partido.
Que honra ter vocês em minha vida.

Nuestra lucha es por la justicia, y el mal gobierno se llena de criminales y asesinos. Nuestra lucha es por la historia, y el mal gobierno propono olvido. Nuestra lucha es por la Patria, y el mal gobierno sueña con la bandera y la lengua extranjeras. Nuestra lucha es por la paz, y el mal gobierno anuncia guerra y destrucción. Techo, tierra, trabajo, pan, salud, educación, independência, democracia, libertad, justicia y paz. Estas fueron nuestras Banderas em la madrugada de 1994. Estas fueron nuestras demandas en la larga noche de los 500 años. Estas son, hoy, nuestras exigências.

— **Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General DelEjército Zapatista de Liberación Nacional.**

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. Zapata e a Revolução Mexicana.....	11
2. Entendendo o Exército Zapatista da Libertação Nacional	15
3. Identidade, povos indígenas e os mestiços no México.	18
4. Representatividade indígena e o movimento zapatista.	23
CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	28

O MOVIMENTO ZAPATISTA ENQUANTO REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NO MÉXICO

Isabele Enes Ribeiro

RESUMO

O presente artigo discute o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) enquanto representatividade indígena no México. Além disso, se faz uma retomada histórica explicando quem foi Zapata, como se deu a Revolução de 1910 e como a EZLN foi se estabelecendo no México, se aproximando dos povos originários e de todo o povo mexicano. Além disso, indaga-se: porque da importância da imagem de Zapata e a referência que ele traz ao movimento enquanto representatividade indígena e revolucionária. Por isso, foi utilizado o método bibliográfico, para que através de artigos e livros a autora pudesse chegar à resposta de se o movimento zapatista representa os povos indígenas de fato. Para responder a esta questão nos sustentamos na hipótese de que Emiliano Zapata serve como patrono para a EZLN e os povos originários de toda a América latina, lutou pelo que acreditava, defendendo a terra e a liberdade de todos os povos, indo contra a toda forma de exploração do capitalismo. Por fim, se conclui que o Exército Zapatista cumpre com a pergunta principal, se tornando referência não só para os povos originários do México, mas se expandindo para outros países, mantendo uma posição de modelo a ser seguido.

Palavras-Chave: revolução mexicana; Emiliano Zapata; EZLN; povos indígenas; representatividade.

ABSTRACT

This article discusses the Zapatista National Liberation Army (EZLN) as indigenous representation in Mexico. Furthermore, a historical review is made explaining who Zapata was, how the 1910 Revolution took place and how the EZLN established itself in Mexico, getting closer to the original peoples and the entire Mexican people. Furthermore, the question is: why is the importance of Zapata's image and the reference he brings to the movement as indigenous and revolutionary representation? Therefore, the bibliographic method was used, so that through articles and books the author could reach the answer of whether the Zapatista movement truly represents indigenous peoples. To answer this question we support ourselves on the hypothesis that Emiliano Zapata serves as patron for the EZLN and the original peoples of all Latin America, he fought for what he believed in, defending the land and freedom of all people, going against all forms of exploitation of capitalism. Finally, it is concluded that the Zapatista Army fulfills the main question, becoming a reference not only for the original people of Mexico, but expanding to other countries, maintaining a position as a model to be followed.

Keywords: Mexican Revolution; Emiliano Zapata; EZLN; Indigenous people; Representativity.

INTRODUÇÃO

Para se compreender o que é o movimento zapatista precisamos antes voltar para o cenário e representação em que se dá o seu nome. Emiliano Zapata nasceu em 1873 e veio a falecer em uma emboscada em 1919, ainda durante a Revolução Mexicana, que foi resultado das incoerências do México na época. Além disso, foi também o reflexo da subordinação que os indígenas e camponeses eram colocados gerando a falta de garantia de seus direitos territoriais.

A Revolução Mexicana surge em decorrência da revolta dos indígenas e camponeses que conviviam com a falta da garantia de direitos e o reflexo das políticas econômicas do México. O período, marcado pelo governo de Porfírio Díaz (1876-1911)

e posteriormente pelas constantes contradições de Victoriano Huerta que veio a assumir o poder, demonstrou a força da comunidade camponesa que se via prejudicada pela política de desapropriação de terras e que conseguiu se organizar e formar frentes de luta armada como o Exército Libertador do Sul — zapatistas — que atuaram durante o período em Morelos e na região Centro-Sul do México (Silva, 2022).

Toda a história de vida e morte de Emiliano Zapata, mas também do processo da Revolução Mexicana mostra a problemática da colonização enquanto consequência futura do capitalismo, uma vez que, a partir de uma visão marxista, as questões discutidas e apontadas aconteceram em decorrência do processo de industrialização e desmoralização dos trabalhadores em seus diferentes contextos, como durante a própria Revolução de 1910.

A questão do capitalismo enquanto influência negativa na vida das pessoas e da própria questão da industrialização, sempre esteve aparelhada aos padrões ocidentais europeus e estadunidenses, sendo sempre muito dependente, com dominação externa e tendo a burguesia — ou na época da Revolução Mexicana, grandes latifundiários a serviço dos interesses dos países que ela depende (Fernandes, 1981).

Sendo assim, o contexto apresentado no artigo, entende que a imagem de Zapata surgira em um ambiente muito conturbado porque a Revolução de 1910 se dá justamente pelas consequências da colonização espanhola, onde poucas terras foram deixadas para o povo e também pelos comportamentos liberais de Porfírio Díaz, ditador mexicano, por concentrar determinado meio de produção para uma elite, como por exemplo, as *haciendas* que concentravam as propriedades de terras e exploravam os camponeses, utilizando do trabalho escravo.

É na imagem de Zapata que em uma madrugada de 1994 um grupo de encapuzados denunciaram a invisibilidade dos povos indígenas e as condições desumanas em que todos que não são ricos vivem, exigindo assim, um caminho onde a exclusão e a pobreza ofertada pela globalização não exista (Moraes, 2006). O grupo dos encapuzados é o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que também é conhecido como movimento zapatista ou até mesmo neozapatista.

Tal movimento surge indiretamente da ânsia de lutar pela diferença ainda nos anos 1960, marcada pelo período onde os movimentos sociais e estudantis mais tiveram atuação de maneira incisiva, e após as manifestações de 1968 o movimento começa a se organizar de maneira diferente, tendo um perfil de resistência contra a violência do governo de Gustavo Díaz Ordaz (Moraes, 2006, p. 10).

O EZLN se mostra ao mundo reivindicando por liberdade, dignidade e justiça apenas no dia 1º de Janeiro de 1994. No entanto, sua articulação começa em novembro de 1983 quando um grupo de sua militância chega até Chiapas. É nesse contexto que começa a acontecer a integração entre as comunidades indígenas ali presentes e o grupo de guerrilheiros. Foi através deste movimento que em 1984 surge o nascimento de um exército popular (Moraes, 2006, p. 11).

Dessa maneira, de acordo com Nogueira (2022), no dia 1º de janeiro de 1994 o Exército Zapatista sai da selva de Lacandona e ocupa várias cidades em Chiapas, como Huixtán, Oxchuc, Oxosingo, Altamarino, Las Margaritas, Chanal e San Cristobal de las Casas, surpreendendo a todos e divulgando a *Declaración de la selva Lacandona* — que foi um manifesto reivindicando terra, saúde, educação, moradia, justiça, paz e entre outras questões.

Quando apareceu na cena política mexicana em 1994, o EZLN lançou um chamado ao povo mexicano convocando-o a apoiar sua luta. A Declaração da Selva Lacandona (que seria a primeira das seis já escritas) falava da resistência secular contra a colonização espanhola, reivindicava a herança revolucionária de Emiliano Zapata e Pancho Villa e da luta contra a ditadura de Porfírio Díaz no início do século, até chegar aos anos 90, associando sua condição de miséria extrema à classe política dominante no México. Consideravam que a via armada era a única saída possível contra uma “camarilla de traidores” da revolução mexicana, donos do poder a mais de 70 anos, em clara alusão ao PRI. E propunham a renúncia do presidente em exercício Carlos Salinas, além da formação de um governo de transição democrática (Spinelli, 2016, p. 3 *apud* Nogueira, 2022, p. 5).

Torna claro com a citação acima que a *Declaración de la selva Lacandona* serviu como chamado para que o povo apoiasse a luta do movimento zapatista, através do exercício da memória histórica do país, onde houve a reivindicação da imagem de Zapata e Pancho Villa. Ademais, também levou a população a entender a resistência que carregavam enquanto mexicanos, seja da memória do que foi a colonização espanhola e quão violenta ela foi à Revolução Mexicana, da ditadura de Porfírio Díaz e daqueles que eram donos do poder a mais de 70 anos, como o Partido Revolucionário Institucional (PRI) (Nogueira, 2022).

O que se entende através do levante zapatista em 1994 é que além de ser revolucionário, no sentido de pedir por reivindicações sociais, é também um movimento de ligação direta com os camponeses indígenas, sendo sua organização enquanto movimento de luta armada voltada principalmente para a reivindicação histórica da terra pelos povos (Morel, 2019).

Além disso, sugere também a renúncia de todos aqueles que assumiam uma posição de maior privilégio no que diz respeito aos que sofriam (e ainda sofrem) na miséria extrema, onde se era negado o direito não só da terra, mas da moradia, do alimento, da educação e o direito à vida (Morel, 2019).

Diante do exposto, colocando-se em perspectiva a vulnerabilidade indígena, o presente artigo tem como objetivo abordar a importância do movimento zapatista enquanto representação indígena e entender como se dá essa representação. Além disso, indaga-se: porque da importância da imagem de Zapata e a referência que ele traz ao movimento enquanto representatividade indígena e revolucionária? Para responder a esta questão nos sustentamos na hipótese de que Emiliano Zapata serve como patrono para a EZLN e os povos originários de toda a América latina, pela sua firmeza e força em lutar pelo que acreditava, defendendo a terra e a liberdade de todos os povos, indo contra a toda forma de exploração do capitalismo que ia se fortalecendo durante a Revolução Mexicana.

Considerando o objetivo descrito para esta pesquisa, é de fundamental relevância ter-se clareza do tipo de pesquisa bem como os instrumentos utilizados para o tratamento das informações. Para os fins deste trabalho, estabelece-se por utilizar uma metodologia de referencial bibliográfico visto que as ideias colocadas no trabalho necessitam do acúmulo teórico como livros, artigos e alguns documentos acerca do assunto e assim compreender como ocorre a relação entre a representatividade indígena e o movimento.

Sendo também de base qualitativa, pois o cientista é sujeito e objeto de suas pesquisas para captar a influência da ação social coletiva ou individual. Acreditamos que a pesquisa qualitativa oferece a oportunidade de refletir sobre o objeto de pesquisa e refletir sobre a sua contribuição na construção do conhecimento. Ou seja, comunicar-se com o campo a ser estudado além de possibilitar a compreensão da complexidade de fatos e acontecimentos (Flick, 2007).

Justificamos esta pesquisa pela necessidade de se ter mais conteúdo sobre o conceito e a importância da representatividade e do entendimento do que é ser indígena, mas também de entender como essa visão de povos originários e mestiços têm influência no México. Por isso, se defende a ideia de compreender o passado e entender que a América Latina carrega em sua história, em sua terra e em seu presente os povos originários. A história e o seu valor não podem mais ser negligenciados fora e dentro da academia de relações internacionais, uma vez que é dever do internacionalista

compreender as políticas que cercam a América Latina para uma maior imersão em sua formação e na compreensão dos direitos indígenas e humanos a nível internacional.

1. Zapata e a Revolução Mexicana.

Como é dito por Karl Marx e Friedrich Engels em *O Manifesto Comunista* (2004), “a história da humanidade até os dias de hoje é a história das lutas de classes”. A história de Zapata e da Revolução Mexicana se sustenta nessa sentença porque se torna importante compreender como todo o processo histórico dos países que sofreram com o imperialismo e com o colonialismo tem as suas histórias cruzadas, seja de maneira explícita ou implícita.

Aos dezesseis anos de idade Emiliano Zapata Salazar se tornou órfão junto com seus outros irmãos e acabou herdando uma propriedade e gado, cuidando e se dedicando dessa forma à terra, as plantações de milho e de cavalos (Brunk, 1995). Aos 30 anos, em 1909, foi colocado como chefe do Conselho de defesa das terras de Anenecuilco, o que foi a porta de entrada para que o mesmo se dedicasse a defender seu povo e suas terras; não sendo à toa o motivo de sua revolta com relação a riqueza dos grandes fazendeiros e a miséria que o seu povo enfrentava para conseguir se alimentar e vestir (Brunk, 1995).

Segundo Soares (2016), a Revolução Mexicana que se iniciou em 1910 e encerrou em 1917 foi um marco para a história do mundo internacional porque antecedeu o irromper da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa, e conseguiu encerrar a longa ditadura de Porfírio Díaz evidenciando as forças sociais do México, fossem elas camponesas ou indígenas.

Foi durante essa revolução que o México passou por um grande período de instabilidade política, isso porque essa época resultou em diversos conflitos na política do país, uma vez que o governo de Porfírio Díaz (1884-1911) marcou uma ditadura e Francisco Madero (1911-1913), que o substituiu, gerou grande insatisfação popular resultando em um golpe de Estado, liderado por Victoriano Huerta.

É nesse contexto que a figura de Zapata passa a crescer no sul do país sob o lema “Terra e Liberdade”. Seu exército libertário formado por camponeses e indígenas lutava por melhorias reivindicando a reforma agrária (Soares, 2019).

O que se sabe é que a Revolução de 1910 foi um dos grandes levantes do México e serviu como ponta pé inicial para visibilidade da força indígena, uma vez que muitos movimentos de oposição que surgiram ao longo desse período tinham como lideranças povos indígenas e camponeses, sendo também uma forma dos mesmos afirmarem enquanto parte da sociedade mexicana (Soares, 2019, p. 21).

No entanto, a primeira parte da Revolução, liderada por Francisco I Madero, possuía um tom político e deixava em segunda posição as pautas de caráter econômico e social, o que acabava por afastar a população. E é tendo como objetivos bem definidos, como a questão da reforma agrária que Zapata conquista a adesão popular:

“A nosso entender, o caso de Zapata e seus companheiros é bem claro. Ele e os seus se lançaram rapidamente à Revolução, não porque lhes houvessem eletrizado as palavras mágicas de sufrágio efetivo e não reeleição... mas porque acreditavam nas promessas agrárias do parágrafo...”, terceiro do Plan de San Luis Potosi redigido por Madero e seguidores. Na concepção desse autor, apesar de Madero falhar por não ter resolvido o principal problema econômico-social do México, ou seja, a questão agrária, a partir do momento que se realiza uma nova coalizão liderada por Venustiano Carranza — que aglutina os setores mais populares em pugna contra o general Victoriano Huerta, em 1913 —, inicia-se, propriamente dita, a fase da luta de classes dentro da Revolução Mexicana (Herzog, 1969, p. 153 *apud* Barbosa & Lopes, 2001, p. 169).

Para entender nesse trecho sobre o porquê da luta de classes se encaixar dentro do contexto da Revolução Mexicana exige-se antes uma explicação. Pois bem, os termos classes e lutas de classes surgem a partir de um viés marxista, isso porque surge através do Manifesto Comunista de Karl Marx e Engels¹. Na visão de um dos maiores pensadores do marxismo, Vladimir Lenin, as classes são o que permite com que um setor da sociedade se aproprie do trabalho de outro setor (Pereira, 2014), organizando dessa maneira uma relação de hierarquização onde há um grupo oprimindo o outro.

Sendo assim, no contexto da Revolução Mexicana a luta de classes se estabeleceria na disputa entre duas classes em questão: o lado de Victoriano Huerta, onde estavam os banqueiros, os fazendeiros, grandes industriais e comerciantes e o lado de Venustiano Carranza, um dos líderes da época que viria a assumir a presidência em 1917, que correspondia aos intelectuais, trabalhadores de minas, oficinas, fábricas e principalmente os camponeses e indígenas (Pereira, 2014).

¹O Manifesto Comunista foi publicado por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX, em 1848, e é considerado até hoje um marco para as ciências sociais. Seu objetivo foi mostrar que dado um momento histórico, as relações sociais e econômicas pertencem a história política e intelectual de uma época, mostrando que a história da humanidade é a história da luta de classes entre os exploradores e explorados.

Nesse sentido, temos como grande articulador contra o sistema vigente da época o Emiliano Zapata, que viria a se organizar junto com camponeses e indígenas ainda no estado de Morales como Exército Libertador do Sul conquistando assim rapidamente a adesão e simpatia do povo, não sendo à toa que continua a ser visto como grande símbolo de coragem e resistência. Torna-se necessário pontuar que Zapata e seus companheiros de luta foram contra quase todos os presidentes que estiveram no poder durante a revolução mexicana, sendo eles: Porfírio Díaz, Francisco Madero, Victoriano Huerta e Venustiano Carranza (Prado, 2003).

Coloca-se entre ressalvas a relação do Exército Libertador do Sul (ELS) e Francisco Madero porque Zapata conciliou com as ideias do mesmo por quase um ano, quando Madero prometeu no *Plan de San Luiz de Potosi* devolver as terras que foram expropriadas pelos latifundiários aos indígenas e não as cumpriu, resultando aí no rompimento de suas relações e na revolta contra todas as formas de política da propriedade capitalista da época (Prado, 2003).

Zapata teve uma forte influência das correntes européias que vinham se popularizando à época, como exemplo a corrente anarquista, que Emiliano Zapata viria se aprofundar e se basear com mais força ao longo em que sua aproximação com o professor Otilio Montano foi se tornando cada vez mais recorrente. Não somente isso, mas o mesmo passou a estudar mais as obras de Ricardo Flores Magón, pensador indígena e anarquista do período vigente (López, 2018).

Dessa maneira, em 1911, Zapata e Otilio Montano elaboram um novo plano político: *Plan de Ayala*. O plano tinha como lema “Reforma, Liberdade, Justiça e Lei” e não se colocava enquanto um plano de intenções, mas sim enquanto uma declaração de ação, onde o “quando” era hoje e queriam as mudanças sociais que tivessem lutado durante os primeiros anos da Revolução Mexicana (Prado, 2003, p. 162).

Há que se perceber que Emiliano Zapata representou toda uma classe durante o período que se tornou conhecido, inclusive, foi com o *Plan de Ayala* que o movimento de Zapata expressou as demandas camponesas e indígenas; a reivindicação da reforma agrária e principalmente a representação de uma classe social que lutava (e ainda luta) por seus interesses e necessidades.

Com o passar dos anos e com a chegada do fim da revolução em 1917, Carranza decide por criar uma nova constituição, essa que em sua visão, poderia contemplar os agentes populares e afastar a instabilidade do país (Andrade, 2021). A carta ou

constituição de 1917 teve grande importância para o México, sendo até os dias atuais um exemplo de paradigma jurídico e social na história do século XX.

Inclusive, Andrade (2021, p. 393) pontua que o texto da constituição se divide em duas partes conhecidas como dogmática e orgânica. A parte dogmática fala sobre as garantias individuais e os direitos e liberdades sociais, enquanto que a parte orgânica da carta se dedica à divisão dos poderes e à organização da estrutura do país e dos estados mexicanos.

Dá-se ênfase principalmente ao artigo 27 da Carta de 1917, isso porque ela é dedicada a maior das reivindicações da Revolução Mexicana: a reforma agrária. Tal artigo garante a soberania da nação relativa às terras e águas, além de prever a possibilidade de indenização caso ocorra desapropriação do território; não somente isso, mas assegura também a proteção da pequena propriedade e a sua função social (Andrade, 2021). O que vemos, portanto, é que a Revolução Mexicana, encerrada em 1917, teve um grande resultado que foi a garantia de uma nova constituinte, essa que perdura até os dias atuais do México.

Após alguns anos dessa grande conquista, Emiliano veio a ser assassinado, mais especificamente em 10 de abril de 1919, quando foi vítima de uma emboscada ainda no governo de Venustiano Carranza, na *Hacienda de Chinameca*. Tal ato aconteceu de maneira premeditada por Jesus Guajardo Martínez, que agiu por ordens de seu superior, Pablo González, ainda em 8 de abril de 1919. Com isso, Jesus se colocou enquanto alguém que gostaria de estar ao lado do Exército de Zapata e, por isso, cumpriu diversas missões dadas por Emiliano Zapata — com o aval de seu superior e de Venustiano Carranza — conquistando, dessa maneira sua confiança (Silva, 1967).

De acordo com Silva (1967, p. 201), com a descoberta da emboscada no local em que Zapata fora morto, houve tiroteios onde os zapatistas saíram perdendo. Jesus Guajardo junto com sua tropa saiu da Hacienda com o cadáver de Emiliano Zapata sobre um cavalo e levou até a cidade de Cuautla.

A imagem de Zapata reflete a força de um povo que unido consegue conquistar e se mostrar para o mundo, além da firmeza que se deve ter para obter a reconstrução revolucionária de um país, que pode não ter conquistado completamente os sonhos dos camponeses e povos originários, mas que: “sem sua luta, porém, os mexicanos do campo teriam conseguido muito menos” (Tutino, 1990, p. 314 *apud* Prado, 2003, p. 172).

2. Entendendo o Exército Zapatista da Libertação Nacional

Como fora abordado anteriormente, durante o século XX o México enfrentou persistentes problemas de desigualdade econômica e social. A terra estava concentrada nas mãos de poucos, enquanto muitos camponeses indígenas viviam na pobreza.

O acesso limitado à educação e aos serviços de saúde agravou a marginalização das comunidades indígenas e camponesas (Galeano, 1991). Nesse contexto, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se torna conhecido mundialmente a partir de uma intervenção no estado de Chiapas, no sul do México em 1994.

A criação do EZLN se torna profundamente influenciada pelo contexto político, social e econômico do México, que incluiu questões como desigualdade, marginalização e a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Tal tratado trouxe grandes preocupações para o México, pois o acordo comercial aprofundaria a desigualdade, prejudicando os pequenos agricultores e comunidades indígenas localizadas em todo o México. Além disso, a liberalização econômica poderia resultar em uma competição desigual, colocando em risco os meios de subsistência tradicionais ligados a agricultura local de cada estado mexicano (Moraes, 2006).

No entanto, para de fato entendermos a formação do EZLN e sua organicidade, precisamos antes entender como ele surgiu. Um fator importante que contribuiu para sua criação foi a série de manifestações sociais existentes a partir dos anos 1960, visto que o México, juntamente com outros países latino-americanos, enfrentaram a partir da década de sessenta fortes repressões, o que fez com que os jovens e trabalhadores se organizassem para reivindicar suas demandas políticas, sociais e econômicas:

Desde os meses iniciais do ano de 1968, nas capitais e mesmo em cidades menores dos mais importantes países do planeta, milhares de jovens, a maioria deles estudantes universitários e secundaristas, saíram às ruas para criticar abertamente as sociedades em que viviam, bem como os regimes políticos nelas vigentes. Eram franceses, alemães, espanhóis, egípcios, poloneses, brasileiros, mexicanos, norte-americanos, e de tantos outros lugares, que formaram uma espécie de internacional juvenil antissistema. Durante alguns meses, particularmente na França tudo parecia vir abaixo frente ao vendaval juvenil. Açoitadas pela fúria das ruas, as autoridades quase naufragaram naquele ano tão estranho e excepcional (Schilling; Voltaire, 2008, *apud* Vitali; Marcela, 2014, p. 39).

Como dito anteriormente, a alta de movimentos sociais surgiu em boa parte dos países da América Latina, como ocorreu no Chile e no Brasil por conta da alta repressão e regimes ditatoriais, trazendo a tona, a exemplificação de uma cultura antissistema.

No México, um fator que contribuiu muito para isso foi o “Massacre da Praça das Três Culturas” ou, como também era chamado, “Massacre de Tlatelolco” que ocorreu em 1968 em protesto ao atentado promovido pelo Estado contra os estudantes da UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México). Em 1968, no contexto dos Jogos Olímpicos sediados no México, onde a atenção internacional estava voltada para o país, que os estudantes e trabalhadores se mobilizaram para denunciar a política e economia instituída no país (Vitali, Marcela, 2014):

A resposta do governo à manifestação que se realizava na praça no dia 02 de Outubro foi dura e violenta. Milhares de militares, ordenados pelo governo, lançaram fogo contra a multidão que se encontrava no local, entre eles havia, além dos manifestantes, civis que acompanhavam de forma pacífica e atenta os protestos. Até hoje as fontes sobre o número de mortos no conflito são duvidosas, porém cabe-nos ressaltar as consequências que este episódio gerou, além das estatísticas trágicas (Vitali, 2014, p. 40).

A dura repressão e as mortes ocorridas neste dia, mais especificamente no dia 02 de Outubro, foi o ponto inicial para que passassem a surgir inúmeros grupos armados no México e aqueles movimentos que eram de guerrilha passassem a ter maior organicidade. Neste contexto, em 1983, surge a Frente de Libertação Nacional (FLN) que possuía influências marxistas-leninistas, e tinha como exemplo a Revolução Cubana de 1959. Através dessa movimentação, as guerrilhas da FLN foram se espalhando em diferentes núcleos nos mais diversos territórios do México, sendo o principal nesta avaliação a célula na região da Selva Lacandona em Chiapas, que deu origem de fato à EZLN (Vitali, 2014).

A Selva Lacandona, selva localizada no leste do estado de Chiapas entre os rios Usumacinta, Perlas e Lacantún, onde vive o povo maia lacandão, foi escolhida pelo grupo de guerrilheiros porque era um lugar de difícil acesso e também porque foi sugerida por indígenas que viviam próximo a região. O local que o grupo se instalou foi nomeado como *La Pesadilla* (o pesadelo) e a guerrilha usou desse processo, de 1983 a 1985, para aprender a viver na montanha e se preparar para uma revolução que acreditavam ser possível no México assim como foi em Cuba (Vitali, 2014, p. 42).

A partir desse contexto, o contato da EZLN com as etnias indígenas de origem Maia foi se tornando cada vez mais recorrente, ao ponto de que, com o passar do tempo a EZLN fosse composta majoritariamente por indígenas e mestiços. A partir dos estreitamentos desses laços, as problemáticas que os povos indígenas enfrentavam, como a negligência, o racismo e a falta de políticas públicas foram se tornando cada vez

mais central nas pautas do Exército Zapatista, tendo o mesmo tirado de foco o espelhamento em Che Guevara e começado a considerar Emiliano Zapata como uma das maiores inspirações no que diz respeito a tocar luta no México (Vitali, 2014).

Assim, no dia 1º de janeiro de 1994, o Estado de Chiapas amanhecia sob os gritos do conhecido “Já Basta”. Os bairros, as vilas e ruas das mais diferentes cidades acordavam com homens e mulheres indígenas de rosto coberto, com armas em punho, para exigir respeito por suas identidades, pelas defesas dos direitos humanos e, principalmente, para contrapor o Acordo de Livre Comércio entre México e Estados Unidos (NAFTA), anunciando, através do Subcomandante Marcos, os motivos para se lutar contra o modelo neoliberal, que acabava por dificultar a justiça, a liberdade e o respeito a cultura de todos os mexicanos (Moraes, 2006).

O “Já Basta” foi a primeira declaração oficial da EZLN, sendo conhecida também como Primeira Declaração da Selva Lacandona e expressava justamente a sua revolta com relação ao que chamavam de “mau governo” — essa expressão diz respeito ao mandato de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), que possuía políticas neoliberais — afim de elucidar os conflitos da década de noventa com os elementos históricos do país, passando por sua colonização e escravização, e a independência contra a Espanha (Baião, 2014, p. 52 e 53).

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebelo formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros (...) (EZLN, 1994: 07 *apud* Baião, 2014, p. 53).

Por ter sido uma declaração e um grito de “Já basta” com intuito de chamar a atenção da população, acabou que a finalidade era de a leitura ser rápida e no sentido de urgência, de que era necessário dar um basta em todas as formas de opressão que vinham marcando o México. O projeto político ali descrito era focado no ano de 1492, que foi a chegada de Colombo a América, e principalmente na resistência indígena. O EZLN se colocava na posição de resistência a toda opressão, não só isso, mas também referenciava a Revolução Mexicana e na importância de Emiliano Zapata (Baião, 2014).

Nesse sentido, da anúncio internacional do EZLN em 1994 até os dias atuais, o que se vê é um grande avanço na consolidação dos defensores do próprio movimento, sendo apoiado por algumas personalidades importantes no México e no mundo todo,

como por exemplo, Samuel Ruíz² que foi um religioso mexicano conhecido por defender os direitos indígenas.

O Exército Zapatista ofereceu aos povos indígenas a possibilidade de se ter um norte: o de morrer lutando ao invés de continuar morrendo pela negligência do governo. Não é à toa que o EZLN é conhecido por resistir à exclusão e ensinar ao mundo as possibilidades de construir uma sociedade melhor (Moraes, 2006).

Por fim, a forma de se comunicar com a população fez com que o movimento zapatista conquistasse a afeição não se colocando enquanto posição e ideologia que já existe, mas se sobrepondo e se declarando como são de fato: zapatistas, que seguem e se inspiram na imagem de Zapata. Não sendo por acaso que iniciam a Primeira Declaração da Selva Lacandona com “*Hermanos Mexicanos*”, mostrando que: “são também cidadãos do país, e estão falando aos seus outros irmãos que neste momento desempenham o papel de expectadores da luta que se iniciará a partir de então (Vitali, 2014, p. 52).

Nesse sentido, acreditamos que os zapatistas representam uma minoria social; esta que muitas vezes foi invisibilizada dentro do território mexicano. Não somente isso, representam um grupo que é composto por indígenas de raízes maias e camponeses, que viram na luta armada e na guerrilha a possibilidade de trazer mudanças práticas; sejam em forma de panfletos, conversas, discursos e embates conseguindo relacionar o resgate do passado com a mudança para o futuro.

3. Identidade, povos indígenas e os mestiços no México.

Primeiramente quando falamos em povos indígenas no México é necessário ter em mente que as suas culturas, tradições e povos são múltiplos. Portanto, torna-se explícita a necessidade de compreender que existem vários povos, com sua pluralidade e raízes históricas dentro do movimento indígena. Existem mais de 62

² Samuel Ruíz foi um defensor da luta dos povos indígenas no México, especialmente no estado de Chiapas. Nasceu em 1924 e morreu em 24 de janeiro em 2011, foi o mediador entre o governo federal e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) durante o conflito de Chiapas, em 1994.

grupos³etnolinguísticos no México que possuem diferenças entre si, tendo seus idiomas, suas tradições e características de celebrar seus ancestrais próprios (Linares, 2008).

Nesse sentido, estudar o conceito de identidade e etnicidade é o melhor caminho para compreender partedo presente artigo. De acordo com Luvizotto (2009), os conceitos de grupo étnico, identidade étnica e etnicidade têm uma complexa trajetória teórica nas Ciências Sociais por conta das diferentes combinações de características que vão da cultura “comum” à identidade étnica construída simbolicamente.

Assim, para Barth (1998), um grupo étnico é uma forma de organização social, expressando uma identidade diferente quando relacionada a outros grupos. Se aproximandoda visão de Hall (1999, p. 49-50), a identidade passa a ser concebida enquanto um emaranhado de representações culturais, que são construídos em situações específicas com relação a esses grupos étnicos, sendo dessa maneira um modo de organizar e influenciar as ações e concepções de um indivíduo com relação a si mesmo.

Não sendo somente isso, a identidade étnica se diferencia das outras formas de identidade coletiva — como realizar atos cívicos comuns de um país, cantar o hino, celebrar alguma data importante — no fato de que ela, a identidade étnica, se orienta para o passado e no que diz respeito a sua memória coletiva. Portanto, a etnicidade dos povos indígenas se liga a uma fixação dos símbolos identitários que fundam a crença em uma origem comum (Gil, 2006).

Dessa maneira, compreender quem são os indígenas no México é essencial. Dentro do território mexicano a etnia e a cultura indígena são os pontos centrais no que consiste a luta pela terra, isso porque os povos indígenas no México foram por séculos colocados em uma relação de subordinação com relação aos outros grupos, sendo eles os espanhóis e seus descendentes ou até mesmo as pessoas que compunham as elites e as classes médias (Bartra; Otero, 2008).

A etimologia da palavra indígena significa “nativo/autóctone”, o que coloca em um contexto histórico os que chegaram antes; aqueles que são “naturais” de determinado lugar. São diversos termos que podem ser utilizados, como *indigenous people* em alguns lugares, *first nations*, *pueblo originário*, *aborígenes*, dentre outros (Viegas, 2016).

³ Esse resultado de 62 grupos indígenas no México é impreciso, alguns autores acreditam que existem cerca de 78 povos indígenas no país, como é possível ver no documento elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), através do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, chamado “Os Povos Indígenas na América Latina” de 2015.

Na década de 1970, em várias regiões do mundo, na América, Ártico e Pacífico, a capacidade dos movimentos sociais indígenas se fazerem ouvir cresceu (cf. Machado, 1994: 2). No Canadá, os First Nations conseguiram libertar-se, por completo, de uma política de violento assimilacionismo que obrigava as crianças a serem educadas em escolas chamadas de "Escolas de Orfanato". [...] Na Nova Zelândia, os Maori e na Austrália, os aborígenes conseguiram ver reconhecidos o valor da sua cultura, nomeadamente da sua cultura artística (Viegas, 2016, p. 277)

Percebe-se assim que é a partir dos anos 70 a diversidade sociocultural passou a ter mais respeito dentro dos debates internacionais, não sendo a toa que houve a revisão do Convênio 107 sobre populações indígenas aprovado na Conferência Internacional do Trabalho ainda em 1957 (Viegas, 2016) e todo o direito com relação a autodeterminação dos povos seja tão bem reivindicada.

Por isso, de acordo com Navarrete (2004, p 17), os indígenas tampouco são um grupo único e homogêneo. As sociedades indígenas que vivem no México sempre foram muitas e distintas entre si:

Em el momento de la llegada de los europeos a estas tierras se hablaban varios cientos de lenguas diferentes y había sociedades que vivían en grandes ciudades y tenían gobiernos constituidos; y otras que vivían como bandas de cazadores-recolectores que cambiaban continuamente de lugar de residencia. Además los habitantes de estos territorios [...] se consideraban distintos unos de otros y defendían su independencia y autonomía frente a los demás (Navarrete, 2004, p. 17).

Entende-se, portanto, que os povos nativos do México sempre possuíam sua pluralidade étnica e que foi o próprio processo de colonização, da chegada dos europeus, que a etiqueta de "indígena" foi imposta a esses grupos porque os espanhóis os viam como iguais, no sentido de terem a mesma origem geográfica e não serem nem católicos, nem europeus; servindo de pressuposto para a sua exploração e dominação (Navarrete, 2004).

Ademais, apesar das várias tentativas de dominar e apaziguar estes povos, os mesmos ainda resistiram e continuam existindo, não sendo à toa que o México é o país que mais tem indígenas na América Latina, tendo cerca de 16.933.283 de pessoas que se declaram enquanto indígena em seu território (CEPAL, 2015).

Os Tzotzil, Tzeltal, Tojolabal, Zoque e Ch'ol são alguns dos povos indígenas do México de origem Maia que compõem o levante zapatista, enquanto existem muitas outras etnias, como os Mazatecas de Oaxaca, os Otomis e Mixtecas que são de origem asteca. Além desses povos, existem também os indígenas maseual que são os habitantes

da Serra Nororiental de Puebla que formam parte dos nahuas orientais, são um povo que “desenvolvem sua economia majoritariamente baseados na unidade produtiva familiar, com laços cooperativos e práticas tradicionais de solidariedade e trabalho coletivo, e têm na escala comunitária a base para o exercício do âmbito político, cultural, religioso etc” (Rocha, 2015, p. 98).

Percebe-se, portanto, que a população indígena se encontra em diversas regiões do México, principalmente no Sul e no Centro, uma vez que são as mais montanhosas (Navarrete, 2004). Os povos originários no México, assim como em outros países que um dia tiveram seus nativos colonizados — como o Brasil e o Canadá —, que vivem tanto em contexto rural como urbano são os que mais sofrem com a falta de acesso aos serviços governamentais, vivendo muitas vezes em miséria, fome e quando colocados em contexto urbanos, em locais mais afastados dos centros, nos ditos “cortiços” (Igreja, 2019).

Um fator importante da própria questão de identidade e etnia do México é a questão dos mestiços, isso porque se vê, até os dias atuais, uma forte propagação de que o mestiço é superior à pessoa originária de uma terra. Por conta disso, os indígenas dos dias de hoje são considerados um problema; porque são uma minoria da sociedade mexicana que se negaram a se incorporar ao México mestiço e deixar para trás seu passado (Navarrete, 2004).

[...] la continuada existencia de los indígenas es vista como resultado de una falla de los mexicanos, ya sea del racismo de los mestizos y de la manera en que han marginado a los indios, o de la incapacidad de los propios indios para modernizarse y progresar. Por ello, la existencia de 10 millones de mexicanos que todavía son distintos de todos los demás es concebida como el “problema indígena”, pues es vista como un reto y un desafío que la nación debe resolver (Navarrete, 2004, p. 12).

Sendo assim, como colocado na citação acima o fato de os indígenas quererem ter o reconhecimento de sua cultura e tradição, é visto como um problema para o México, o que caracteriza a marginalização dos grupos indígenas. Fala-se em marginalização desses povos porque historicamente os originários do território mexicano sofreram diversas tentativas de embranquecimento e de apagamento étnico (Dias, 2008).

Dias (2008), acredita que desde o início da colonização espanhola desenvolveu-se um processo de miscigenação, tanto que o fato da capital da Nova Espanha — formado na época pelo Arizona, Califórnia, Colorado, Nevada, Novo México e Utah

nos EUA e indo até a Costa Rica, tendo como capital a Cidade do México — ter sido construída pelas ruínas da antiga capital asteca serviu para esse processo.

Por conta desse contexto, foi pensado em um projeto onde a nação mexicana seria articulada em torno dessa identidade mestiça, onde os indígenas e sua cultura são algo do passado; pré-hispânico. Sendo assim, essa visão que é problemática coloca tanto os indígenas como os mestiços em uma concepção simplista, uma vez que os mestiços são reduzidos à modernidade, em que devem ter orgulho de seu passado indígena, mas que tem que fazer da modernidade sua cultura para haver progresso e os indígenas são invisibilizados; colocados para fora da história e também sendo negados de ter mudança e avanços sem perder sua identidade (Navarrete, 2004).

Portanto, percebemos que se há uma visão simplista do mestiço é porque esse é formado por diversos grupos étnicos, sociais e religiosos que diferem entre si e praticam preconceito de classe, cor e etnia entre si. No entanto, tal apontamento não anula o fato de que a miscigenação do indígena sofre das duras consequências do racismo e da colonização, posto que

los mestizos de México aplican a los indios el mismo racismo que practican entre ellos mismos, pues así como las élites mestizas desprecian a las masas mestizas porque se consideran más modernas, más blancas y superiores a ellas, los mestizos en su conjunto se consideran más modernos, más blancos y superiores que los indios (Navarrete, 2004, p. 17)

Assim, fica claro que as identidades étnicas indígenas foram e são estigmatizadas, visto que por mais que com a Revolução de 1910 tenha acontecido uma ascensão da valorização e a incorporação dos elementos indígenas à identidade nacional mexicana, ainda sim, a concepção de que “ser mestiço é melhor que ser indígena” foi mantida como dominante. Isso graças aos governos do século XX que deram continuidade a esse discurso homogeneizador (Dias, 2008) e corroboraram para que a identidade mestiça não concebesse o indígena como cidadão do México.

O fato é que, através da educação pública e de outros mecanismos, o Estado mexicano do PRI chegou a praticamente todo o território nacional e conseguiu incorporar demandas populares, donde sua grande legitimidade durante boa parte do século XX. Significando industrialização e concentração urbana, a acentuada modernização mexicana, empreendida em grande medida a partir do próprio Estado, reduziu a população considerada indígena a cerca de 10% dos mexicanos (Bartolomé, 1996, p. 2 *apud* Dias, 2008, p. 178).

Por fim, a citação acima evidencia que o PRI — partido que esteve a maior parte do século XX no poder — conseguiu implementar a política da miscigenação dentro do território mexicano. No entanto, não totalmente porque não houve a integração total das comunidades indígenas, muito pelo contrário, houve o surgimento de diversos movimentos indígenas que reafirmavam suas identidades étnicas, originárias e populares (Gil, 2006).

Tem-se, portanto, o entendimento de que os povos indígenas resistem com sua tradição no México, não se preocupando em organizar levantes, como o caso dos indígenas zapatistas de origem Maia, nem de adotar formas alternativas de modernidade que valorizam a manutenção da sua história coletiva. No final, quebrar o paradigma de que os indígenas estão no passado, se torna algo essencial para os povos indígenas, principalmente no modo em que fazem isso; através da reivindicação de terra, respeito e autonomia.

4. Representatividade indígena e o movimento zapatista.

Somos Zapatistas de raiz maia. [...] O Estado mexicano e seus governos não nos reconhecem como nacionais desta geografia: somos estranhos, estrangeiros, indesejáveis, inoportunos nos mesmos solos que foram cultivados por nossos antepassados (EZLN, 2021 — Apenas 500 años después).

Como colocado acima, os zapatistas possuem raiz Maia e consideram que o Estado mexicano e os seus governos os invisibilizam mesmo após 500 anos de colonização. Nesse sentido, torna-se necessário compreender o que é a representatividade indígena e como o movimento zapatista é colocado nessa posição. Para isso, é preciso analisar e compreender o processo histórico da formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional, como suas ações, falas e também o que é a representatividade e como esses dois objetos de análise podem se correlacionar na prática voltado para os povos originários.

A primeira aparição do movimento zapatista surge enquanto um resgate histórico do México, denunciando todas as questões de seu passado. O ponto interessante é que o movimento, com o passar do tempo acabou atraindo para si também a retomada da memória indígena e campesina, uma vez que a maior parte que compõe o EZLN é formada por essas identidades (Soares, 2019).

Primeiramente, o EZLN em sua primeira declaração se colocou enquanto “los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones”(EZLN, 1994, p. 33-35 *apud* Vitali, 2014, p. 54) o que remete à identidade daqueles que habitavam o México muito antes da colonização, dando a entender que se falava a respeito das muitas etnias existentes no país. Sendo assim, o movimento zapatista procurou realizar em suas palavras no dia 1 de janeiro de 1994, a retomada e a identificação de quem esteve na luta durante todo o tempo de existência do país mexicano.

O que se vê constantemente nas declarações zapatistas é a crítica de como o governo mexicano negligenciou o seu povo, mas principalmente, como afetou as comunidades indígenas e retirou o que lhes pertence, que no caso é a terra (Vitali, 2014). Dessa maneira, nos resta entender todo o processo pelo qual passou o México e a questão indígena, para que ela fosse tratada de maneira tão enfática pelo movimento zapatista.

O que vimos até agora sobre o EZLN é que o movimento por ter se locomovido para uma região afastada de Chiapas — a Selva Lacandona — se aproximou muito dos povos originários que ali habitavam e que através disso passou a ter em sua composição uma quantidade majoritária de indígenas, tendo como grande referência originária na imagem do movimento zapatista *Viejo Antonio*. O *Viejo Antonio* foi um importante ancião dentro do movimento, porque foi o mesmo que ensinou ao Subcomandante Marcos — este que não é indígena — os passos e ensinamentos necessários para fortalecer a luta dos zapatistas, no entanto, o mesmo, de acordo com Marcos, morreu ainda em 1994, restando dúvidas para aqueles se o mesmo realmente existiu ou foi apenas um personagem literário criado por Marcos, que viria, indubitavelmente, representar e ser um participante da história de Chiapas e dos zapatistas (Vitali, 1994, p. 72).

Assim, entende-se que, independentemente de sua existência ou não, a imagem do *Viejo Antonio* possui grande importância para o EZLN porque o mesmo trouxe em suas histórias contadas elementos importantes que deixam de maneira escancarada o vínculo do movimento zapatista com os povos originários, sendo algum deles, os deuses maias criadores do mundo, como Ik'al e Votán; personagens da história mexicana, como Emiliano Zapata; elementos da natureza, como a noite, as estrelas, o dia, as nuvens, a chuva, as montanhas e a selva; elementos abstratos, como o tempo e os sonhos (Vitali, 2014, p. 72).

Neste sentido, se percebe a construção de uma identidade coletiva através desses relatos, onde a imagem do *ser originário* permanece em ênfase. Assim, começa-se a entender o processo de construção de uma identidade coletiva, que segundo Porto-Gonçalves (1999, p. 80 *apud* Rocha, 2020, p. 2), se caracteriza pela condição social de vida semelhante, resultando dessa maneira, num possível caminho para a representatividade indígena no movimento zapatista.

O conceito de representatividade é muito discutido e por isso tem diferentes perspectivas, como ocorre na visão de Roger Chartier, Pierre Boudieu e Stuart Hall. Para Chartier (2002) e Bourdieu (2006) as representações são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo (Coelho, 2014, p. 95), isso quer dizer que os grupos vão criando representações de si mesmos e de outros grupos com base em suas experiências históricas.

Entretanto, para Stuart Hall (2002, p. 9-10), a representação vem ligada à linguagem e à forma em que se constrói significado, existindo três teorias que discutem a representação, sendo elas: a reflexiva, a intencional e a construcionista. Na teoria reflexiva, a linguagem funciona como espelho que reflete verdadeiro significado que já existe no mundo; na intencional, o que fala impõe o significado através da linguagem e na construcionista a linguagem é tomada como produto social em que os significados são construídos através dos sistemas de representação, sendo esta última a teoria a qual Hall consegue ajustar melhor sua concepção de representação (Moraes, 2019).

Compreendendo esta breve noção de representatividade e do que foi o EZLN, torna-se importante entender que durante o processo histórico do México, a mestiçagem dentro do país passou a se tornar uma ideia onde incorporou uma imagem simbólica do indígena, tornando suas tradições culturais como algo meramente do passado e o mestiço passou a ser visto como mexicano “moderno” (Dias, 2008, p. 178).

Com a aparição do EZLN, o contexto do movimento indígenavai, aos poucos, apresentando outras conotações e começa a denunciar cada vez mais o fato das identidades étnicas indígenas terem sido estigmatizadas, invisibilizadas e vítimas do racismo. Entretanto, apesar da significância do EZLN para o movimento indígena,

Em seu primeiro comunicado público, não por acaso, justamente no dia da assinatura do NAFTA pelo governo mexicano, em 1º de janeiro de 1994, o EZLN assim se apresenta: “somos produto de 500 anos de luta...”, “os despossuídos somos milhões...” (1994). A questão indígena aparece, nesse

primeiro momento, apenas subjetivamente, muito imbricada à questão sócio-econômica (Dias, 2008, p. 179).

Percebe-se, portanto, que por mais que se tenha um vínculo com os indígenas, muito forte por sinal, todavia, os discursos zapatistas no início ainda eram voltados principalmente para a questão socioeconômica e no fazer com que o povo entendesse o que lhes aconteceu não numa abordagem puramente identitária, o que acabou por quebrar a própria noção de movimentos sociais individualistas (Dias, 2008).

Sendo assim, os zapatistas se apresentam sim enquanto povos originários do México, principalmente na região de Chiapas, e fazem questão de ressaltar que são indígenas, mas que o Exército Zapatista de Libertação Nacional também recebe pessoas de outras terras e etnias. Apesar do movimento não ser totalmente composto por indígenas, ainda sim, o mesmo representou um rompimento simbólico do que foram os processos de embranquecimento e apagamento da história étnica do México; que é múltipla e formada por diversas culturas e povos indígenas, como exemplo os povos Tzotzil, Tzeltal, Tojolabal, Zoque e Ch'ol, que são de origem maia.

Por isso, o movimento zapatista consegue se encaixar enquanto representação indígena, talvez não de todos os povos, mas é inegável o papel crucial que o EZLN prestou na reivindicação por terra, liberdade e justiça aos povos originários do México, não sendo a toa que foi através da articulação com movimento em questão que pela primeira vez na história do país, se teve o reconhecimento de idiomas indígenas e a leitura ao vivo de um texto em tzotzil — povo originário da região de Chiapas —, que também fora veiculado em idiomas tzeltal e chol, de acordo com Castells (2001, p. 98 *apud* Dias, 2008, p. 183).

Não somente isso, mas a história de quem inspirou o movimento zapatista a se reafirmar, no caso a grande figura histórica de Emiliano Zapata, também foi de muito se admirar, uma vez que sem a liderança de Zapata a revolução mexicana teria sido diferente (Ávila; Salmerón, 2014). Isso porque o líder agrário em questão sempre buscou ter a conexão com as comunidades e o povo, conhecendo a exploração através de sua própria experiência. Portanto, sem a figura de Zapata a Revolução não teria tido o mesmo marco social que teve, posto que o mesmo sempre reivindicou liberdade pela terra e se tornou reconhecido em nível internacional.

CONCLUSÃO

Entender a importância do movimento zapatista se torna não só essencial para o contexto do México, como também para compreender as nuances que perpassam o ser *indígena* dentro da própria América Latina. É fato que todos os povos originários que foram colonizados pelos europeus sofreram as duras consequências de ter sua história e ancestralidade constantemente ameaçada de genocídio e etnocídio. Não sendo por acaso que sejam vistos tantos casos de apagamento histórico envolvendo os povos nativos dos diferentes países que compõem as Américas.

Percebe-se, por exemplo, que a mestiçagem é utilizada como ferramenta de embranquecimento, mas também de oportunismo para que os governos possam se colocar enquanto defensores da causa indígena. No sentido de que se exalta a miscigenação, todo o seu processo, mas se faz questão de esconder e esquecer o que deu origem de fato ao *ser miscigenado*, que é muitas vezes uma prática violenta contra os corpos originários de determinado país.

Por isso, o presente trabalho buscou compreender o porquê de o movimento zapatista ser um marco histórico tão importante enquanto levante de organização indígena: porque o EZLN é atualmente um grande defensor da memória indígena do México, que reivindica sim sua história ancestral e que faz questão de deixar escancarado o efeito violento da colonização no México. Além disso, o Exército Zapatista de Libertação Nacional tem a relevância internacional porque conseguiu chamar a atenção da mídia mundo a fora com sua primeira aparição sendo justamente do dia em que entraria em vigor a aprovação do NAFTA.

A imagem de Zapata serve como símbolo dessa retomada ancestral, porque foi durante o processo da Revolução Mexicana que os povos tradicionais do México começaram a se movimentar e perceber as injustiças causadas por um governo que tinha interesse, exclusivamente, em industrializar o país mexicano, trazendo assim a primeira grande organização conjunta de indígenas e camponeses em um só objetivo: conquistar a terra e realizar a reforma agrária. Não só isso, mas Emiliano Zapata passou a servir como forte símbolo ancestral porque o mesmo não hesitou em defender a liberdade, a justiça e a terra para todos os povos.

Por mais que seja colocado de maneira indireta que o movimento zapatista não necessariamente faz uma abordagem política étnica, ainda sim, a conclusão que se chega é de que o objeto de estudo serve sim enquanto representatividade indígena e não só isso, tem a sua relevância internacional, sempre levando a frente a figura originária

em seus discursos; e sendo motivo de admiração para muitas pessoas que sequer entendem todo o contexto de surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Por isso, a discussão envolvendo indígenas e o movimento zapatista se torna tão importante de se compreender. Obviamente, o presente artigo não consegue corresponder e responder todas as questões envolvendo a pauta porque o que fica de prova é que a história não está parada; ela está em constante movimento.

E como prova da história em constante movimento se tem, inclusive, o movimento zapatista que sequer tinha pretensão ou ideia de que um dia suas pautas mudariam de um campo mais econômico e marxista, para um viés ideológico *único*, que aborda a terra, a reforma agrária e o povo mexicano com exclusividade.

Por fim, comprova-se que no momento, o ponto crucial de que é sim importante que se tenha urgentemente maior discussão dentro das relações internacionais sobre o tema que foi exposto, isso porque não se é mais tolerável que história e o valor da retomada indígena, do se entender enquanto originário, sejam negligenciados fora e dentro da academia. Além disso, o EZLN ainda sim serve de representação indígena para os diferentes povos que compõem o nome e o conceito de “ser indígena”, isso porque ele cumpre o papel de dar perspectiva para a revolta e a rebelião daqueles que foram historicamente negligenciados por mais de 500 anos, não somente isso, cumpre e mostra como os direitos indígenas uma vez assegurados indiretamente pela Carta de 1917 e pelos direitos humanos da ONU, tendem a negligenciar os povos originários.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Otávio Morato de. **A CONSTITUIÇÃO MEXICANA DE 1917: DO ESTADO LIBERAL À PROTEÇÃO SOCIAL**. REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 381–408, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/10690>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ÁVILA, Felipe; SALMERÓN, Pedro. **Tierra y Libertad**. Breve historia del zapatismo. Crítica México, 2018.

BAIÃO, Fábio. **Antiliberalismo e luta pela terra no México: O passado como estratégia de combate**. Tempos Históricos, v. 18, n. 2, p. 48-66, 2014.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. **A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas.** História, v. 20, p. 163-198, 2001.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BARTRA, Armando; OTERO, Gerardo. **Movimientos indígenas campesinos en México: la lucha por la tierra, la autonomía y la democracia.** Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina, p. 401-428, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRUNK, Samuel. **Emiliano Zapata: revolution & betrayal in Mexico.** UNM Press, 1995.

CEPAL. **Os Povos Indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos.** Santiago de Chile: CEPAL. 124 p, 2015. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf> Acesso em 24/10/2023.

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

COELHO, Fabiano. **Conceitos “cultura” e “representação”:** contribuições para os estudos históricos. Fronteiras, v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014.

CRUZ, Júlia Melo Azevedo. **Zapatismo(s):** apropriações e releituras do zapatismo da Revolução Mexicana pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 60–76, 2019. DOI: 10.34024/hydra.2016.v1.9116. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9116>. Acesso em: 12 set. 2023.

DIAS, Natally Vieira. **Entre a selva e as alturas: movimentos indígenas no México e na Bolívia.** Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História, v. 5, n. 5, 2008.

EZLN. Documentos y comunicados. **“Apenas 500 años después”.** 2021. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2021/08/13/apenas-500-anos-despues/>.

FERNANDES, Florestan. **CAPITALISMO DEPENDENTE: e classes sociais na América Latina.** 1981.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2007. 2ª ed.

GALEANO, Eduardo. **"As Veias Abertas da América Latina"**. 1991.

GIL, Antonio Carlos Amador. **MESTIÇAGEM E INDIGENISMO NO MÉXICO CONTEMPORÂNEO**. XII Encontro Regional de História: Usos do passado, 2006, Rio de Janeiro.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart. **El trabajo de la representación**. IEP – Instituto de Estudios Peruanos: Lima, Maio, 2002.

HARVEY, N. (2005). **"Rebels in Chiapas: Their Symbolic Politics, Strategies of Identity, and the Prospects for Autonomy."**

HERNÁNDEZ, Luís Navarro. **Los Caracoles de Chiapas: Un sendero zapatista hacia otro mundo**. 2001.

IGREJA, Rebecca Lemos. **Justiça, Identidade e Juventude indígena urbana: um estudo sobre os processos organizativos na Cidade do México**. anuário antropológico, v. 44, n. 2, p. 129-158, 2019.

JECUPÉ, Kaká Werá. **Todas as vezes que dissemos adeus**. São Paulo: Triom, 2002.

LINARES, Federico Navarrete. **Los pueblos indígenas de México**. Comisión para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas-Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2008.

LÓPEZ, Laura Espejel. **Plan de Ayala: Un siglodespués**. Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2018.

MORAES, Felipe Machado de. **A palavra zapatista: uma revolução mediática como estratégia de comunicação e emancipação social**. Revista eletrônica do programa de doutoramento em pós-colonialismo e cidadania global, n. 2, 2006.

MORAES, Maria Laura Brenner. **Stuart Hall: cultura, identidade e representação**. Revista Educar Mais, v. 3, n. 2, p. 167-172, 2019.

MOREL, Ana Paula Massadar. **A luta pela terra na cosmopolítica do movimento zapatista**. Revista Estudos Libertários, v. 1, n. 1, p. 49-71, 2019.

NASCIMENTO, Priscila da Silva. **Mulheres zapatistas: poderes e saberes. Uma análise das reivindicações das mulheres indígenas mexicanas na luta por seus direitos- anos 1990**. 2012.

- NAVARRETE, Federico. **Las relaciones interétnicas en México**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.
- NOGUEIRA, Alexandre Silva. **Movimento zapatista: uma revolução em tempos modernos**. 2022.
- PEREIRA, Duarte. **Das classes à luta de classes**, 2014. Disponível em: <marxismo21.org/wp-content/uploads/.../DP-Classes-e-luta-de-classes>.
- PRADO, Adonia Antunes. **O zapatismo na revolução mexicana: uma leitura da revolução agrária do sul**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2003.
- ROCHA, Otávio Gomes. **TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NO MÉXICO E A EXPERIÊNCIA DO POVO MASEUAL DE CUETZALAN (PUEBLA): DIÁLOGOS E CONTRIBUIÇÕES PARA AS LUTAS INDÍGENAS NO BRASIL**. Revista Nera, n. 54, p. 90-114, 2020.
- RODRIGUES, Clayton Emanuel; SANTANA, Cleildes Marques de. **Reprodução colonial capitalista e resistências indígenas: estudo comparativo entre Brasil e México**. Configurações. Revista Ciências Sociais, n. 25, p. 112-127, 2020.
- ROSS, J. 1998. **Zapatistas: Making Another World Possible – Chronicles of Resistance 2000-2006**.
- SILVA, José Valero et al. **Relación de los hechos que dieron por resultado la muerte de Emiliano Zapata, jefe de la rebelión del Sur**. Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México, v. 2, n. 2, p. 197-210, 1967.
- SILVA, Robson Nunes da. **As memórias da Revolução Mexicana: um estudo a partir de Los últimos, zapatistas héroes olvidados e Pancho Villa, la Revolución no ha terminado**. Historiæ, v. 13, n. 2, p. 142-157, 2022.
- SOARES, Ana Cristina et al. **A construção da identidade indígena na contemporaneidade a partir do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. 2019.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. **Nove livros para conhecer a Revolução Mexicana**. Guia bibliográfico da FFLCH, 2016.
- Viegas, Susana de Matos. **Povos Indígenas e Direitos Humanos**. In Marina Pignatelli (Eds.), *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*, pp. 269-293. Lisboa: Colibri. 2016.
- VITALI, Marcela Araújo. **A identidade étnica indígena no discurso político do movimento zapatista: a voz do " Viejo Antônio"(1994-1998)**. 2014.

_____, Marcela Araújo. **Como falam os indígenas?** Produção de documentos e vozes discursivas no movimento social mexicano neozapatista. *Dimensões*, n. 35, p. 443-469, 2015.